

Partidos Procuram Novos Líderes

Manuel Delgado

É provável que o MpD perca as legislativas do final do ano em Cabo Verde ou, pelo menos, não mais beneficie da maioria absoluta. Mas, neste decisivo mês de Junho, o partido que aspira ao retorno ao poder, o PAICV, não se pode ficar a rir do seu adversário: ambos têm complicados problemas de liderança a resolver, num confrangedor vazio de projecto político.

As eleições autárquicas de 20 de Fevereiro em Cabo Verde foram mais do que renovação nas autarquias: tanto o partido do Governo como o partido que com ele bipolariza o espectro político tinham nelas apostado muito mais do que isso, com o chefe do Governo, em final anunciado de mandato, a empenhar-se pessoal e directamente nelas e o PAICV a testar a sua segunda linha, toda uma geração que desponta como sucessora da velha guarda dos dirigentes da independência, em 1975.

Os resultados não poderiam ser mais expressivos: paridade no número de câmaras para os dois contendores, mas nenhuma importante para o MpD, que perdeu todos os principais centros urbanos e teve, a nível global, um número de votos inferior ao PAICV. No total, as câmaras que o MpD controla correspondem a menos de 20% da população – ainda que o PAICV lhe tenha oferecido de bandeja a Câmara da Boavista, quando a sua lista deixou passar o prazo de entrega da candidatura, e, no Tarrafal, nem sequer o acórdão do Supremo Tribunal que, depois de muitas peripécias, deu a vitória ao MpD, tenha excluído um forte odor a fraude eleitoral.

É neste clima de esboroamento da hegemonia política de que o MpD gozou durante a década de 90 que se realizam neste mês de Junho a convenção do partido no poder e o congresso do partido da oposição. Tendo ambos os líderes, Carlos Veiga e Pedro Pires, anunciado que renunciavam para se candidatarem à Presidência da República no primeiro trimestre de 2001, os dois partidos enfrentam quase em simultâneo a difícil conjuntura de sucessão de lideranças fortes.

No MpD, com fortes ameaças de se reeditar a cisão que deu origem, em 1994, ao PCD, partido minoritário que tem à frente o antigo número dois de Carlos Veiga e ex-ministro de Estado Eurico Monteiro. No PAICV – depois de um primeiro momento de aparente consenso à volta do nome de José Maria Neves (presidente da câmara de Santa Catarina, a segunda cidade mais importante de Santiago, ilha que concentra mais de metade da população) – com uma mal disfarçada tensão entre o homem que em 1997 ousou desafiar (perdendo) o "mais-velho" Pedro Pires e outras pré-candidaturas mais de aparelho, a mais recente das quais é a de Felisberto Vieira, actual vice-presidente do partido e presidente da câmara da capital.

No MpD as fissuras são claras: um grupo de militantes em volta de Jacinto Santos, antigo presidente da Câmara da Praia, e de António Espírito Santo Fonseca, presidente da Assembleia Nacional, desde o ano passado que contesta os métodos considerados pouco democráticos da liderança de Carlos Veiga e a legitimidade da imposição de Gualberto do Rosário, entretanto feito vice-primeiro-ministro, para lhe suceder. Na sequência dessas divergências, o grupo afecto a Jacinto Santos foi afastado da direcção do MpD. A ruptura parecia iminente entre as duas faces do

MpD: a massa de militantes propriamente dita e aquela que, na convenção de 1993, foi definida em tese como "uma estrutura empresarial próxima do partido", e que se viria a delinear como "a percentagem cabo-verdiana" do programa de privatização das empresas públicas, a 100% entregues a grupos portugueses.

Caras da "percentagem cabo-verdiana": o próprio Carlos Veiga, seu tio homónimo, o seu vice Gualberto do Rosário, o antigo embaixador em Lisboa e actual presidente da Cabo Verde Telecom, Eugénio Inocêncio, o antigo embaixador em Washington José Luís Fernandes e o presidente da Shell Cabo Verde, António Canuto.

"Percentagem" que se deve reforçar com a aceleração da privatização das dez últimas empresas públicas antes das eleições.

Embora o ambiente interno fosse crispado, com insinuações de corrupção e acusações de manipulação da verdade democrática no interior do partido, a derrota do MpD em Fevereiro parecia um traço de união: logo a seguir, era tornado público que um dos dois pré-candidatos à liderança – Gualberto do Rosário e Jacinto Santos – renunciaria a favor do que fosse "oficialmente" designado pelo partido. Mas não tardaria que Jacinto Santos denunciasse a manipulação das listas de militantes para retirar o direito de voto àqueles que fossem "suspeitos" de lhe ser afectos. Tudo voltou, portanto, à estaca zero, tanto mais que Jacinto, Espírito Santo e os da sua facção sabem que, caso percam a convenção, estarão condenados a uma marginalização política – e profissional, e muitas mais... – semelhante à que se abateu sobre Eurico Monteiro, Jorge Carlos Fonseca (ex-ministro dos Negócios Estrangeiros), Germano Almeida e muitos outros – de que só talvez a vitória do PAICV os viesse tirar.

Se puder governar por mais cinco anos, é pouco provável que o MpD mude as agulhas da sua orientação: no plano interno, um neoliberalismo de feição ortodoxa e, no plano externo, uma total colagem a Portugal.

E se o PAICV ganhar, Cabo Verde irá regressar a 1990? Eis uma total opacidade que talvez o congresso deste mês venha a esclarecer. Tendo sobrevivido nos primeiros anos de 90 mais da cristação que Carlos Veiga e o MpD criaram à sua volta e de todos os que fossem "suspeitos" de lhe ter estado afectos, o PAICV não teve ânimo para reflectir sobre as causas e responsabilidades da sua derrota. Pedro Pires centrou o trabalho de "reanimação" que empreendeu a partir de 1997 no seu carisma pessoal e no apelo à capacidade de resistência de um partido que já foi clandestino e já foi guerrilha. Será preciso que quem quer que o venha a liderar mostre uma cara nova e ideias que provem aos cabo-verdianos que está apto para o século XXI.